

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR submete à apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021, devidamente instruído com o Relatório dos Auditores Externos Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e atualizações posteriores.

2. Perfil Empresarial

2.1. SC Participações e Parcerias – SCPAR

A SCPAR é uma sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado e vinculada ao gabinete do Governador do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 741, de 2019. O Capital Social Autorizado da SCPAR é de um bilhão de reais, dos quais já foram realizados R\$239,1 milhões.

A empresa foi constituída em 2005, mediante autorização da Lei Estadual nº 13.335, de 2005. Sua competência, atualmente, encontra-se definida na Lei Estadual nº 15.500, de 2011, e na Lei Complementar nº 741, de 2019, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 789, de 2021. Inscrita no CNPJ sob nº 07.293.552/0001-84, localiza-se à Rodovia SC 401, km 5, nº 4600, bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis/SC. Tem como objetivos: promover a geração de investimentos no Território do Estado, fortalecendo a interação entre ele e a iniciativa privada, por meio da celebração de contratos nos regimes de parcerias público-privadas (até 29/12/2021); desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de governo; promover e executar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (até 29/12/2021); comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas e privadas, obedecendo as normas constitucionais, com autorização legislativa.

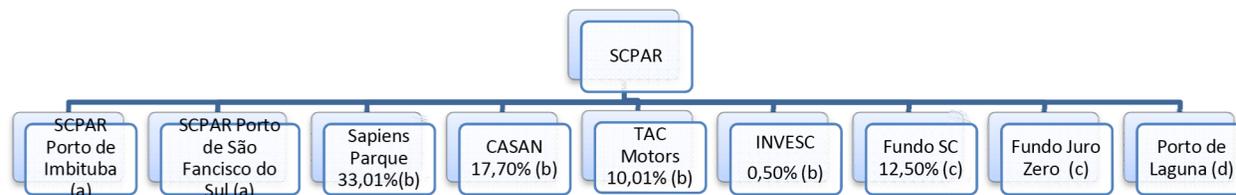
2.2. Mercado de Atuação

A SCPAR possui um escopo bastante abrangente, atuando no apoio à geração de investimentos no Estado, nos setores de logística portuária, parques tecnológicos, inovação e tecnologia, por meio de participações acionárias diretas ou em fundos de investimento; na gestão dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e Laguna, na estruturação de projetos estratégicos de interesse do Estado e na coordenação e execução do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado - PPI (até 29/12/2021). Dessa forma, a empresa contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

3. Empresas do Grupo

A SCPAR, no cumprimento de seus objetivos, investiu ao longo do tempo em participações acionárias, integrando o capital de empresas públicas e privadas, bem como criou uma filial e constituiu empresas de propósito específico, as quais estão ilustradas na figura 1.

Figura 1. Empresas do grupo SCPAR



- (a) Subsidiárias integrais
- (b) Participações societárias
- (c) Participação em fundos
- (d) Filial

3.1. Subsidiárias Integrais

3.1.1. SCPAR Porto de Imbituba S.A.

A SCPAR Porto de Imbituba S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.315.067/0001-18, localizada na Avenida Presidente Vargas, área portuária de Imbituba, é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE. A empresa foi criada pela SCPAR para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01 de 26 de novembro de 2012 e respectivos aditivos, que entre si celebraram a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e o Estado de Santa Catarina, pelo qual foi delegado ao Estado a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba por um prazo provisório de até 2 anos. Em 18 de setembro de 2014, o prazo de vigência do convênio foi estendido por mais 23 anos, sendo passível de prorrogação por mais 25 anos.

3.1.1.1. Desempenho Operacional

O ano de 2021 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com a movimentação recorde histórica de 6.874.779 toneladas movimentadas, representando um crescimento em torno de 20% em relação ao ano anterior. O bom desempenho portuário concretizou 4 meses no topo da lista dos maiores volumes mensais que se tem registro na história do Porto: julho (717,8 mil t),

outubro (694,4 mil t), maio (681,9 mil t) e agosto (667,1 mil t). Destaque para a otimização dos espaços disponíveis para as operações portuárias, com incentivos para ocupação, em especial do Cais 2, com o programa Prêmio de Eficiência Portuária, que incentiva a realização de operações eficientes por seus usuários. Se comparada ao volume registrado no ano de assunção da administração da Autoridade Portuária pelo Estado de Santa Catarina em 2012, a movimentação portuária registra um crescimento expressivo de cerca de 234%.

3.1.1.2. Lucro Líquido do Porto de Imbituba

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2021 com um lucro líquido de R\$ 12.882.258,38 (doze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), o que representa um aumento significativo de 24% (vinte e quatro por cento) se comparado aos números registrados no ano imediatamente anterior. O resultado é importante, uma vez que não houve a realização das receitas da arrendatária Santos Brasil Participações S.A. em cerca de R\$ 33 (trinta e três) milhões, relativas à cláusula *takeorpay* do contrato de arrendamento do TECON Imbituba, em decorrência de medida liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400. A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de cerca de 23% em relação ao ano de 2020, registrando a quantia total de R\$ R\$ 62,5 milhões no ano de 2021.

Destaca-se a performance do *EBITDA Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* que apresentou índice de 30% da Receita Líquida da Empresa (24% no exercício anterior), devido principalmente ao crescimento de suas receitas pelo incremento das atividades de movimentação de cargas.

3.1.2. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 29.307.982/0001-40, Inscrição Municipal de nº 11662, localizada na Avenida Engenheiro Leite Ribeiro nº 782, na cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina, é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 21 de dezembro de 2017 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR. A Companhia tem como objeto social a administração e exploração do Porto Organizado de São Francisco do Sul e de suas instalações portuárias, tendo sido constituída para atendimento ao disposto no Convenio de Delegação 01/2011, de 01 de Abril de 2011, com a obrigatoriedade de criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) em seu 5º Termo Aditivo, no qual se prorrogou a vigência do referido convênio até 31 de março de 2036, podendo, ainda, ser prorrogado por interesse dos partícipes. A Companhia é regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável às sociedades anônimas e Lei Federal nº 13.303/2016.

3.1.2.1. Desempenho Operacional:

Em 2021, a SCPAR Porto de São Francisco do Sul obteve excelentes resultados operacionais, alcançando marcas inéditas. A movimentação total de cargas ultrapassou a marca de 13,6 milhões de toneladas, o que representa a maior movimentação de carga de sua história. Com relação a 2020, quando foram movimentadas 11,9 milhões de toneladas, houve um aumento de 14%.

A eficiência nas operações possibilitou que 460 navios atracassem no Porto de São Francisco do Sul em 2021. Os dados representam um crescimento de 11,4% em comparação com 2020, quando 413

embarcações utilizaram o porto do Norte de Santa Catarina para o embarque e desembarque de mercadorias.

Outro dado importante é com relação ao crescimento na movimentação de segmentos específicos de carga. O Porto registrou o maior volume da história na importação de insumos para a produção siderúrgica e fertilizantes. A movimentação de bobinas e barras de aço atingiu a marca de quase 3,8 milhões de toneladas. O montante representa um aumento de 72% em relação a 2020, quando ingressaram 2,2 milhões de toneladas. Já a importação de fertilizantes, utilizados na produção agrícola, passou de 2 milhões de toneladas, em 2020, para 2,5 milhões de toneladas, um acréscimo de 25%.

3.1.2.2. Lucro Líquido do Porto de São Francisco do Sul:

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. encerrou o ano de 2021 com prejuízo líquido de R\$ 21,9 milhões, apresentando um decréscimo em relação ao ano de 2020, em que teve um lucro líquido de aproximadamente R\$ 2,1 milhões. Fator que contribuiu para queda do lucro foi a contratação do serviço de dragagem de manutenção, na ordem de R\$ 41,7 milhões no resultado operacional da Companhia, investimento necessário para que o porto alcançasse os resultados históricos em movimentação de cargas em 2021.

Em 2021 foi aprovado o reajuste tarifário previsto e solicitado à ANTAQ, por meio da Resolução nº 32/2019, pela qual houve um incremento na receita a partir de agosto/2021 contribuindo para um acréscimo 13,6% em relação a 2020, passando de R\$ 100 milhões em 2020 para R\$ 114 milhões em 2021.

3.2.1. Sapiens Parque S.A.

ASapiens Parque S.A., estruturada como Sociedade de Propósito Específico – SPE, inscrita no CNPJ sob nº 05.563.053/0001-70, localizada na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Canasvieiras, Florianópolis/SC, é controlada pela SCPAR e pelo Estado de Santa Catarina, com a participação da Fundação Certi. A SCPAR é detentora de 33,01% do Capital Social do Sapiens Parque, que objetiva criar um ambiente de inovação e tecnologia, à medida em que promove o desenvolvimento econômico, social, ambiental, tecnológico e urbano com sustentabilidade.

3.2.1.1. Lucro líquido

Em 2021, o Sapiens Parque apresentou um lucro líquido de R\$ 8,7 milhões, superior ao de 2020, que havia sido de R\$ 2,7 milhões.

3.2.2. Companhia Catarinense de Água e Saneamento S.A. – CASAN

Criada em 31 de dezembro de 1970, a partir de autorização da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto Estadual nº SSP-30.04.71/58, de 02 de julho de 1971, inscrita no CNPJ sob nº 82.508.433/0001-17, é uma sociedade de economia mista, atuando como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e na coleta e tratamento de esgoto.

Na AGE de 29/09/2021, foi efetuada a redução do capital social da SCPAR por excesso, nos seguintes termos: *considerando proposta do Acionista Majoritário e em conformidade com o Art.*

173 da lei 6.404/76 os acionistas deliberam sobre a redução do Capital Social da SCPAR por meio do ativo nominado a seguir: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN. A SCPAR possui 133.017.850 (cento e trinta e três milhões, dezessete mil, oitocentos e cinquenta) ações ordinárias da CASAN, representando 17,7% do capital daquela Companhia, cujo valor contábil, em 31/12/2020, monta em R\$ 234,4 milhões. O novo marco legal do saneamento básico vai exigir elevados investimentos, requerendo dos acionistas, além da retenção dos dividendos, aportes de capital. Tais fatos tiram da SCPAR sua principal fonte de receita, que são os dividendos, bem como vai provocar a diluição da sua participação no capital da Companhia, pois que a SCPAR não possui geração de caixa que dê suporte aos investimentos necessários em saneamento. Ressalta-se ainda o fato da CASAN ser uma Companhia de capital aberto com um FreeFloat (quantidade de ações que as empresas listadas na Bolsa de Valores possuem em livre circulação no mercado) inferior a 0,01%, denotando nenhuma liquidez para que a SCPAR possa negociar referidas ações no mercado acionário. Pelo exposto os acionistas, por unanimidade, decidiram pela devolução das 133.017.850 (cento e trinta e três milhões, dezessete mil, oitocentos e cinquenta) ações, que a SCPAR possui junto à CASAN, ao acionista Estado de Santa Catarina.

3.2.4. Outras participações

A SCPAR também possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor em importa em R\$6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$0,4 milhões. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$9,1 milhões, e que foram interpostas ações judiciais na 3ª Vara Cível da Capital, da SCPAR contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

A SCPAR também é detentora de 0,50% (R\$0,3 milhões) do capital social da Santa Catarina Participação e Investimentos S/A – INVESC, sendo o Estado de Santa Catarina o acionista majoritário.

3.3. Participação em Fundos

A SCPAR, desde sua criação, vem incentivando projetos de desenvolvimento de tecnologia e inovação, visando à sustentabilidade de seus negócios, apoiando soluções competitivas e inovadoras de elevado padrão tecnológico nas atividades de desenvolvimento estrutural e social, contribuindo para o crescimento do estado.

3.3.1. Fundo SC

Fundo SC é um Fundo de Venture Capital ou Capital Empreendedor destinado a realizar investimentos diretos em empresas emergentes e inovadoras, constituído nos termos da Instrução Normativa da Comissão de valores Mobiliários – CVM nº 209/94.

É gerido pela BZPlan em parceria com a gestora mineira FIR Capital e teve como objetivo investir R\$12,0 milhões em startups com projetos focados nos setores de nanotecnologia, biotecnologia e tecnologia da informação, gerando valor nesses ativos investidos para posterior venda, de modo a retornar o capital aportado pelos sócios, acrescido de lucro.

O Fundo SC é formado por um condomínio denominado de Clube de Autores S.A., cujos investidores são: SCPAR, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, WPA Participações S.A., Intelbras, Pedra Branca Empreendimentos Imobiliários S.A., além de outros investidores privados.

A SCPAR participa no fundo com 75 quotas, equivalente ao capital de R\$1,5 milhão subscrito e integralizado, representando 12,50% do fundo.

3.3.2. Programa Juro Zero

O Programa Juro Zero foi implantado em 2006, por meio da Parceria de Cooperação Técnica com a Financiadora de Pesquisas e Projetos – FINEP, Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia – ACATE e Fundo de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina–FAPESC. O apoio financeiro do Estado para o Programa Juro Zero se deu por meio do Consórcio JURO ZERO com a SCPAR, que constituiu o fundo garantidor, com recursos de até 10% do total do programa. Até o ano de 2012 foram contratados 38 projetos pelo programa em Santa Catarina, totalizando R\$19,5 milhões, repassados para fomentar os projetos inovadores selecionados em todo Estado, com prazo final de pagamento das parcelas financiadas pelo programa em 2020. Dentre os cinco Estados participantes do Programa (MG, PR, PE, SC e BA), Santa Catarina foi o primeiro e único a empenhar o total dos recursos disponibilizados.

O valor foi integralmente resgatado em 24/12/2021, uma vez que os contratos regulares das empresas beneficiadas pelo Programa Juro Zero, em Santa Catarina, já foram todos quitados.

3.4. Filial Porto de Laguna

Em 16/10/2019 a SCPAR assumiu a gestão do Porto de Laguna pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, na condição de interveniente do delegatário, conforme publicado no Diário Oficial da União o extrato do Convênio de Delegação nº 02/2019, assinado em 19/09/2019, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração daquele ativo.

O porto, há 50 anos, dedica-se exclusivamente à atividade pesqueira (Dec. Lei 525/69), estando situado em uma posição estratégica para o setor, uma vez que fica próximo às áreas que concentram grandes cardumes, e, conseqüentemente, maciça atividade pesqueira em um mesmo local, com condições de abastecimento de insumos para desenvolvimento da pesca.

O Terminal conta com um cais linear de 300 metros de comprimento, três salões de descarregamento de pescado, uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 100 toneladas/dia e um posto de abastecimento náutico. Além de aproximadamente 40 hectares de retroárea destinada à expansão das infraestruturas portuárias.

A profundidade nos berços de atracação e bacia de evolução atualmente é de 2,8 metros, sendo 5 metros apenas no canal de aproximação. Conforme previsto no orçamento de investimentos, a SCPAR lançou processo licitatório para a contratação do serviço de dragagem, com objetivo de atingir a profundidade de 5 metros, estimando-se a conclusão dos trabalhos no primeiro semestre de 2022.

3.4.1 Desempenho operacional

A SCPAR iniciou no final de 2019 um processo de adequações, melhorias e reformas no Porto de Laguna, que estava operando de maneira precária sob a administração anterior.

O ano de 2020 foi um período de grandes desafios, pois a situação em que o porto se encontrava, somada às obrigações do convenio de delegação e o período da pandemia, dificultaram o processo de transição. Entretanto, os investimentos realizados em conjunto com os esforços comerciais resultaram em um incremento substancial nas operações, que nesse primeiro ano de administração atingiu a marca de 6,3 mil toneladas de pescado movimentado e um total de 297 operações de descarga.

Dentre os investimentos realizados em 2020 podemos destacar a batimetria dos berços de atracação, a revitalização das esteiras, a automatização da descarga de pescados, os estudos para obtenção da licença ambiental de operação, a readequação da rede elétrica, a reforma da fábrica de gelo, readequação das estruturas, entre outras manutenções indispensáveis para o bom funcionamento do Porto.

No ano de 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, foram descarregados 4,4 toneladas de pescados no Porto de Laguna. Isso representa uma queda de 43% do volume se comparado ao ano anterior. Muito embora tenham sido atendidos 475 embarcações nesse período, número bem superior ao ano anterior, demonstrando que o estoque pesqueiro não estava no litoral sul de Santa Catarina ou as condições climáticas não foram favoráveis.

3.4.2 Lucro líquido

As atividades de fornecimento de água para as embarcações, arrendamento da Fábrica de gelo e do Posto de Gasolina, as taxas de atracação, os aluguéis da retroárea, somados à atividade de descarga, fizeram com que o Porto auferisse uma receita de R\$1,0 milhão. No entanto, os gastos operacionais atingiram o montante de R\$ 2,7 milhões, fazendo com que o Porto de Laguna incorresse num prejuízo de R\$ 1,7 milhões no ano de 2021.

4. Aspectos Econômicos

No exercício de 2021 a SCPAR apresentou um Lucro de R\$17,7 milhões, ante um resultado negativo de R\$17,8 milhões em 2020. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial nas investidas Sapiens Parque e CASAN.

5. Estrutura dos Órgãos Estatutários

5.1. Conselho da Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação estratégica e colegiada da empresa, sendo a representação da companhia privativa dos Diretores. Reúne-se ordinariamente a cada bimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros, sendo: 8 (oito) indicados pelo Governador do Estado, dentre eles o Diretor Presidente como membro nato, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo; 1 (um) representante dos empregados do quadro permanente da empresa, eleito por estes.

Membros	Início	Até
Ricardo Moritz	01/01/2021	31/12/2021
Guilherme Pereira Oliveira	01/01/2021	27/01/2021
Leo Marco Nunes Meira	01/01/2021	27/01/2021
Gisele de Faria	01/01/2021	31/12/2021
Carlos Alberto Crispim	01/01/2021	27/01/2021
Décio Augusto Bacedo de Vargas	01/01/2021	31/12/2021
Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho	01/01/2021	31/12/2021
Daniel Teske Correa	01/01/2021	27/01/2021
IomaniEngelmann Gomes	01/01/2021	27/01/2021
Vladimir Arthur Fey	27/01/2021	31/12/2021
Renata de Arruda Fett Largura	27/01/2021	31/12/2021
Deivisson Assis Perera	04/03/2021	31/12/2021
Marcelo Werner Salles	04/03/2021	31/12/2021
Mário Povia	04/03/2021	31/12/2021

O Sr. RICARDO MORITZ foi presidente do Conselho de Administração, e como Vice-Presidente o Sr. GUILHERME PEREIRA OLIVEIRA, no período de 01/01/2021 até 27/01/2021. No dia 27/01/2021 os acionistas elegeram como Presidente do Conselho de Administração o Sr. DECIO AUGUSTO BACEDO DE VARGAS tendo como Vice-Presidente o Sr. VLADIMIR ARTHUR FEY.

5.2. Conselho Fiscal

Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, devendo contar com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo Chefe do Poder Executivo, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Suas reuniões acontecem ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Membros	Início	Até
TITULARES		
Luiz Felipe Ferreira	01/01/2021	31/12/2021
Giglione Edite Zanela Maia	01/01/2021	31/12/2021
João José Pereira Cavallazzi	20/08/2021	31/12/2021
SUPLENTES		
Márcio Cassol Carvalho	01/01/2021	31/12/2021
Rodrigo Mateus Mocelin	01/01/2021	31/12/2021
Sérgio Augusto Michalczuk	01/01/2021	31/12/2021

5.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composta pelo Diretor-Presidente e até mais três diretores, indicados pelo

Governador do Estado, além de mais um Diretor indicado pelos empregados de carreira da companhia, sendo todos eleitos pelo Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado com os Membros do Conselho de Administração e terá duração de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria Executiva terá poderes e as atribuições conferidos pelo Estatuto e pela lei para assegurar o funcionamento regular da empresa, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social e não forem de competência privativa do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, ou ainda deles não exigirem prévia manifestação.

Membros	Início	Até
EnioAlbértoParmeggiani	01/01/2021	31/01/2021
Ricardo Moritz	01/02/2021	31/12/2021
Jeferson Machado	01/01/2021	31/12/2021
Carlos Magno dos Santos Júnior	01/02/2021	31/12/2021
Paulo Gilberto Cardoso Cunha	01/01/2021	18/08/2021

5.4. Comitê de Elegibilidade

Órgão colegiado, independente, de caráter permanente, opinativo, que tem por finalidade, entre outras, a de verificar a conformidade do processo de indicação de membros para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Empresa, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. Constituído por 03 (três) a 5 (cinco) membros titulares, e respectivos suplentes, escolhidos pela Assembleia Geral, com reputação ilibada, devendo sua composição, preferencialmente, comportar as seguintes indicações: 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de pessoas; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de riscos ou *compliance*; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão estratégica ou de auditoria interna; 1 (um) membro titular e suplente da área do departamento jurídico; 1 (um) membro titular e suplente do Conselho de Administração. O Representante do Conselho de Administração será o presidente do Comitê de Elegibilidade.

01/01/2021 – 21/01/2021

Titulares: Guilherme Pereira Oliveira, Cleverton Elias Vieira e Gisele de Faria.

Suplentes: Paulo Roberto Ramos, Eduardo Artur Cunha, Guilherme Custódio de Medeiros.

21/01/2021 – 19/08/2021

Titulares: Décio Augusto Bacedo de Vargas, Carlos Magno dos Santos Júnior e Allyson Alberto Mazzarin.

Suplentes: Gisele de Faria, Renata de Arruda Fett Largura e Bruna Eva Morais dos Anjos.

20/08/2021 – 31/12/2021

Titulares: Renata de Arruda Fett Largura, Carlos Magno dos Santos Júnior e Allyson Alberto Mazzarin.

Suplentes: Décio Augusto Bacedo de Vargas, Gisele de Faria, e Bruna Eva Morais dos Anjos.

5.5. Comitê de Auditoria Estatutária- CAE Conglomerado

O CAE Conglomerado se encontra vinculado ao Conselho de Administração da *Holding*, ao qual se reporta no exercício de suas funções, sendo responsável pela supervisão, avaliação e monitoramento das áreas de auditoria internas, controles internos, gestão de riscos e *compliance* da *Holding* e das Subsidiárias Integrais SCPARPorto de Imbituba S.A e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.. O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será composto por 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes. Dois membros serão vinculados aos Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais SCPAR Porto de Imbituba S.A. e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A e por elas remunerados. O mandato dos membros do CAE será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, e a sua posse se dará com a assinatura do termo de posse.

Membros de 01/01/2021 – 31/01/2021

Carlos Eduardo Pereira de Bona Portão (Presidente), Ricardo Moritz e Paola Colombi.

Membros de 01/02/2021 – 31/12/2021

Carlos Rocha Velloso e Paulo Roberto Reichelt Ayres.

Membro de 04/03/2021 – 31/12/2021

Bruno Bartelle Basso.

6. Remuneração dos órgãos estatutários

Em 2021 a remuneração global dos membros dos órgãos estatutários, disposto no art.152 da Lei Federal nº 6.404/76, compreendido pelos membros do Conselho Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE manteve-se dentro do limite global de R\$ 2,3 milhões.

Destaca-se que a remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) da remuneração/honorários de um Diretor da empresa, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação de qualquer espécie nos lucros da empresa. A remuneração dos membros do CAE é a mesma dos membros do Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Elegibilidade não são remunerados.

7. Controle Interno

O Controle Interno da SCPAR em 2021 foi exercido pelos empregados públicos de carreira: Paulo Roberto Ramos, até a data de 30/04/2021; e Geancarlo Stein, a partir de 01/05/2021, conforme Portaria 003 de 26/04/2021.

As recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas em 2021 estão resumidas no quadro a seguir:

Descrição da recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável	Síntese da Providência	Resultados Obtidos

Verificação da ausência de publicação de Contratos de menor valor em alguns processos no SGP-e.	Solicitação de informações à CordAdm.	Coordenadoria Adm.	Pedido de orientações junto ao WEB-Sfinge.	Informação da desnecessidade de publicar contratos cujo valor seja inferior a oito mil reais. Discricionariedade de procedimento não considerado essencial.
Erros de publicação no SGP-e, tais como página pela metade, anexos de email não disponíveis, falta de CNPJ de empresa cotante de preços e outras questões de informações completas.	Repassadas recomendações.	Controle Interno	Orientação aos setores de licitação e Coordenadoria Administrativa	Eliminação do risco de <i>compliance</i> relacionado à falta de dados.
Descompasso da publicação de contrato no DOESC com a data da assinatura.	Recomendação de que antes da publicação documentos estejam com todas as assinaturas digitais registradas.	Diretoria Jurídica	Ajustes para evitar nova ocorrência.	Maior segurança documental.
Dificuldade de localizar os dados referentes à Dispensas e Licitações pela falta de conhecimento do SGP-e respectivo.	Solicitado a informação do número do SGP-e respectivo à abertura de Dispensa para o Controle Interno e CPL para facilitar a localização de dados.	CPL. CordAdm. C.I.	Adotada a medida. SGP-e indicado inclusive nos Contratos decorrentes.	Melhor visibilidade e acessibilidade dos dados.

8. Auditores Independentes

Em atendimento à instrução normativa da CVM nº 381, de 14/01/2013, que dispõe sobre a divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, a SCPAR declara que utilizou os serviços de Auditoria Independente da empresa Consult Auditores Independentes, contratada mediante processo licitatório em 2021, para o acompanhamento semestral e emissão do relatório de auditoria, relacionado aos exames das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021.

9. Distribuição de Dividendos e Dividendos Recebidos

Devido ao prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2021, não haverá pagamento de dividendos aos acionistas.

Em 19/01/2021 a SCPAR recebeu da SCPAR Porto de Imbituba S.A. o pagamento dos dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/76, no montante de R\$ 9,2 Milhões. Até a presente data a SCPAR não recebeu da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. o pagamento dos dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2020, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/76, no montante de R\$ 1,5 milhões, e não recebeu da SCPAR Porto de Imbituba S.A. o montante de R\$ 2,6 milhões, relativo ao exercício de 2021.

10. Investimentos

10.1. Gestão Orçamentária

Contabilmente, em 2021, foram transferidos o montante de R\$ 3 milhões da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para conta de Investimento (SAPIENS), por motivo da integralização de Capital, conforme Ata da AGE da SAPIENS de 15/07/2021, registrada na JUCESC em 08/08/2021.

Ainda no exercício de 2021 foram efetuados investimentos na Filial de Laguna, no valor de R\$ 83,5 mil.

10.1.1. Convênios

A SCPAR não realizou convênios em 2021 para repasses de valores.

11. Perspectivas para 2022

O ano de 2021 foi marcado por uma nova orientação estratégica, emanada do acionista majoritário Estado de Santa Catarina. A nova premissa consiste em restringir o campo de atuação da companhia exclusivamente na gestão portuária.

Considerando esse novo posicionamento da companhia, as iniciativas estabelecidas com a finalidade alcançar os objetivos definidos para o ano de 2022 se concentrarão em dois eixos de atuação, sendo o primeiro o aumento da participação do setor privado na exploração portuária e o segundo na melhoria da eficiência operacional de suas subsidiárias e filial.

Para o aumento da participação do setor privado, serão desenvolvidos projetos que contemplem a realização de arrendamentos de áreas disponíveis nos portos delegados ao Estado de Santa Catarina. Destaca-se dentre essas ações: a elaboração dos estudos (EVTEAs) do berço 401 e do Terminal Graneleiro no Porto de São Francisco do Sul, o chamamento público para a elaboração de EVTEAs das áreas disponíveis no Porto de Imbituba e, por fim, a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Laguna. Todos esses projetos serão desenvolvidos no decorrer do próximo ano e possuem como escopo a atração de investimentos para melhoria das operações e otimização das áreas não afetadas às operações dos portos.

Para a melhoria da eficiência portuária, serão desenvolvidas ações visando à aplicação do princípio da transversalidade, aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre a estatal controladora (SCP PAR) e as estatais controladas (Portos Delegados). A intensificação da atuação da *holding* no planejamento dos investimentos estruturantes de manutenção e de melhoria das instalações e operações, também é um grande desafio para esse ano.

Já para o Porto de Laguna, no qual a SCP PAR atua diretamente como Autoridade Portuária, os esforços serão convergidos para realizar os investimentos estratégicos na infraestrutura marítima, operacional e civil. Ressalta-se a execução da dragagem dos berços de atracação, iniciada ainda em 2021, a implantação de novo projeto de balizamento náutico, a execução dos projetos de melhorias elétricas e recuperação estrutural e as melhorias nos equipamentos operacionais dos salões de descarga.

Paralelamente a execução dos investimentos, será iniciado o projeto para derrocagem e aprofundamento do canal de acesso ao porto. A obra tem por objetivo eliminar o gargalo que impede o desenvolvimento do Porto de Laguna e sua concepção se dará em conjunto com a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina.

Por fim, também será pauta desse ano o fortalecimento da estrutura de governança corporativa, por meio de ações de melhoria de processos, documentos e estruturas de controle.

12. Desempenho Ambiental

Seguindo a linha de atuação da SCP PAR, focada na gestão de empreendimentos e projetos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do estado, a questão ambiental recebe a mesma importância para manter o crescimento do estado de forma sustentável. Suas subsidiárias, os Portos delegados ao Estado (Porto de São Francisco do Sul, Porto de Imbituba e Porto de Laguna) possuem um gerenciamento preciso e periódico dos impactos e condicionantes ambientais. A responsabilidade ambiental do setor portuário é regulamentada por leis internacionais e nacionais, acompanhada/fiscalizada por órgãos regionais e nacionais.

13. Desempenho Social

Ao investir em empreendimentos geradores de trabalho e renda com sustentabilidade ambiental, a SCP PAR está empenhada na melhoria de qualidade de vida da população do Estado.

14. Gestão de Pessoas

De acordo com o perfil de sua natureza jurídica, a formação do quadro permanente da SCP PAR se deu por meio de concurso público, conforme rege o artigo 35, inciso II da Constituição Federal – CF e pelo artigo 71 do Estatuto Social da empresa. O último concurso realizado pela SCP PAR se deu no ano de 2007.

Em 31 de dezembro de 2021, o quadro de colaboradores era composto por 31 pessoas, sendo 14 empregados efetivo, 2 destes cedidos a outros órgãos. Manteve-se ainda 8 empregados em funções

gratificadas e 18 nos cargos comissionados. Os diretores não empregados totalizam 2, sendo o terceiro empregado efetivo.

Durante o ano de 2021 não houve concessão de reajuste salarial e o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT continua no valor de R\$1.109,53/mês.

15. Ouvidoria

A SCPAR é dotada de ouvidoria, que funciona como canal permanente de comunicação entre a alta administração e seus vários públicos. Por meio dela são recebidos diversos tipos de manifestações. Foram apresentadas no decorrer do ano de 2021 algumas denúncias referentes a *holding*, sua filial e suas subsidiárias. O Porto de Imbituba recebeu quatorze (14) denúncias, o Porto de São Francisco do Sul cinco (5), a *holding* seis (6) e o Porto de Laguna apenas uma (1) denúncia.

Todas as denúncias foram devidamente tratadas e respondidas de acordo com as melhores práticas.

16. Agradecimentos

Agradecemos o apoio e a participação dos senhores acionistas, colaboradores, fornecedores, órgãos de governo e clientes nos resultados alcançados.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento.

Florianópolis/SC, 04 de abril de 2022.

Alexandre Amin Salum Junior
Diretor Presidente

Jeferson Machado
Diretor

Carlos Magno dos Santos Júnior
Diretor



Assinaturas do documento



Código para verificação: **31JA1UZ8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JEFERSON MACHADO (CPF: 983.XXX.809-XX) em 18/04/2022 às 13:17:50

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 18:40:23 e válido até 28/02/2119 - 18:40:23.

(Assinatura do sistema)



ALEXANDRE AMIN SALUM JUNIOR (CPF: 507.XXX.339-XX) em 18/04/2022 às 14:35:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/02/2022 - 14:15:03 e válido até 14/02/2122 - 14:15:03.

(Assinatura do sistema)



CARLOS MAGNO DOS SANTOS JUNIOR (CPF: 645.XXX.162-XX) em 19/04/2022 às 15:14:57

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/02/2019 - 16:13:36 e válido até 14/02/2119 - 16:13:36.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDA0MzNfNDMzXzlwMjJfMzFKQTFVWjg=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 0000433/2022** e o código **31JA1UZ8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.